



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Bernardo Guimarães, n. 2731 - Bairro Barro Preto - CEP 30140-085 - Belo Horizonte - MG - www.defensoria.mg.def.br
6º andar

TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO:

Inscrição de 1 (um) servidor, para participação no seguinte congresso:

01. **XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo**, acontecerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 que será realizado, presencialmente, no Worldwide Offices, localizado na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro.

Organizado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

O objetivo desta contratação vislumbra incorporar seus membros e fomentar a mútua colaboração, apoio, participação e integração entre os que exercem função no campo de cerimonial de todas as áreas de organização de eventos e afins, agregando aos profissionais envolvidos conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta na organização de eventos.

O XXVI Congresso Nacional de cerimonial e Protocolo 2022 proporcionará a atualização das ferramentas e procedimentos para a organização de eventos da Defensoria Pública de Minas Gerais diante do contexto atual, sendo fundamental para a reciclagem e capacitação da equipe.

2.1 DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil, fundado por 82 cerimonialistas, aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, quando da realização do I Encontro Nacional do Cerimonial Público – I ENCEP, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída de pessoas físicas e jurídicas, com os seguintes objetivos:

*Congregar as pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, em nível da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que executem tarefas de cerimonial e protocolo;

*Estimular a formação de executivos especialistas em assuntos de cerimonial e protocolo;

*Manter um centro de informações pertinentes ao cerimonial e protocolo, publicando periodicamente boletim informativo, revista ou outro tipo de informe impresso e/ou virtual, para distribuição e/ou acesso aos membros filiados e a outros segmentos integrantes do cerimonial público, corporativo, social e outras especialidades do cerimonial, fortalecendo suas relações com o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria

Pública, os Tribunais de Contas, Universidades, Corporações Militares, Conselhos Profissionais e outras entidades que possuam os serviços de cerimonial e protocolo;

*Organizar congressos, seminários, simpósios, jornadas, encontros, cursos e reuniões para estudos, debates e esclarecimento de assuntos pertinentes ao cerimonial e protocolo;

*Estabelecer intercâmbio com instituições governamentais do País e do exterior, nos assuntos pertinentes ao cerimonial e protocolo;

*Valorizar a prática do cerimonial como uma atividade sumamente importante nas instituições públicas e privadas;

*Desenvolver e estimular pesquisas de interesse do cerimonial em suas diversas especialidades;

*Estabelecer convênios, termos de cooperação e formas de prestação de serviços nas áreas da cultura, esporte e lazer, voluntariado, assistência social e cidadania.

2.2 DO PREÇO:

Quanto à justificativa do preço, o valor apresentado pela empresa CNCP Brasil – Comitê Nacional de Cerimonial, pessoa jurídica, para uma inscrição no congresso é de R\$ 1.680,00, conforme o folder retirado da internet.

3. JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação direta para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II c/c art. 13, VI ambos da Lei 8666/93, eis que se trata de serviço técnico profissional especializado, de natureza singular e com empresa de notória especialização, conforme já exposto retro.

3.1 NATUREZA SINGULAR

A singularidade do objeto é o elemento que acarreta a inviabilidade de competição. A capacitação a ser contratada é um serviço peculiar do CNCP Brasil - Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo.

Com características próprias e individualizadas já citadas, a empresa tem a ser referência no Brasil e exterior como entidade atuante na defesa dos direitos e na formação de especialistas em assuntos pertinentes a cerimonial, protocolo e eventos.

Além disto, o evento será realizado por profissionais altamente qualificados trazendo ainda mais qualidade na apresentação do conteúdo.

3.2 NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO:

A CNCP Brasil - Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo atua na área de treinamentos, os conteúdos programáticos do CNCP visam gerar conhecimentos e boas oportunidades aos profissionais. Os temas abordados são relacionados a gestão de eventos, planejamento estratégico, elaboração de roteiros de cerimônias, segurança em eventos e assessoria jurídica, atuação do mestre de cerimônias, marketing e comunicação, dentre vários outros temas de interesse aos profissionais que atuam em eventos". Segue currículo de alguns dos palestrantes:

- Silvia Lobo Filho: Cerimonialista, Mestre de Cerimônias, Advogada, Profissional de Educação Física. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Doutorando

pela Universidad del Museo Social Argentino. Professor Universitário. Presidente do Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil Diretor Executivo da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul e responsável pelo Cerimonial Desportivo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Acadêmico - Cadeira 12 – Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo.

- Adalgisa Pires: Voice artist com duas décadas de carreira, Adalgisa Pires é há cinco anos a voz oficial do Discovery Home & Health no Brasil. Antes disso, teve passagens por emissoras como HBO e A&E e trabalhou em rádios como Eldorado e Anten. Formada em Jornalismo, há dez anos vem conciliando locução com a apresentação de eventos corporativos presenciais, híbridos e online - em português, inglês e espanhol. Engajada em ações ligadas à diversidade, inclusão e equidade de gênero, também se dedica à mentoria de jovens mulheres a fim de descobrir seus talentos e desenvolver toda sua potência.
- Aloysio Fernandes: Relações públicas, Mestre de Cerimônias, cerimonialista e apresentador há mais de 25 anos. Foi cerimonialista no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Atualmente é Diretor da DPI Soluções, empresa de tecnologia. Idealizador da plataforma “DPI Eventos e Cerimonial”, de gerenciamento de eventos e cerimonial, tendo vários órgãos públicos e empresa privadas como clientes.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 – Capacitação/Treinamento de 1 (um) servidor por meio do congresso:

01. **XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo**, acontecerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 que será realizado, presencialmente, no Worldwide Offices, localizado na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro.

Organizado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil.

4.2 – O curso terá carga horária de 16 (dezesesseis) horas.

5. DO LOCAL E PAGAMENTO

5.1 – O curso será realizado no formato presencial na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro.

5.2 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em qualquer instituição financeira, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, acompanhado dos documentos fiscais devidamente conferidos e atestados pela unidade responsável.

5.3 – O pagamento pelos serviços a serem prestados será realizado após a conclusão do curso/capacitação/palestra mediante apresentação de nota fiscal ou documento equivalente.

6. DO CONTRATO

6.1 – O representante legal da empresa será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com os art. 62, da Lei 8.666/93 e art. 4º, XXI, da Lei 10.520/2002.

6.1.1. O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado Minas Gerais.

6.2. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

6.2.1. Para a fiscalização da presente contratação será designado o servidor Alfredo José Pinto Júnior e como gestora a Coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), defensora pública Neusa Guilhermina Lara.

6.2.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

6.2.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.2.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações da proposta da CONTRATADA.

6.2.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial de contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

6.2.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº.8.666/93.

6.2.7. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1. DA CONTRATADA:

7.1.1. Prestar os serviços nas condições e prazos pactuados, de acordo com as exigências constantes neste documento.

7.1.2. Emitir fatura no valor pactuado, apresentando-a ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

7.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

7.1.4. Reparar, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

7.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

7.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventual transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais necessários a prestação,

se houver.

7.1.7. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

7.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.1.9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na prestação dos serviços, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

7.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

7.1.11. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

7.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.13. Manter preposto, caso necessário, aceito pela Administração, para representá-lo no local da execução do objeto contratado.

7.2. DA CONTRATANTE:

7.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da CONTRATADA.

7.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7.2.5. Conceder prazo de até 12 (doze) horas corridas, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

7.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

7.2.8. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

7.2.9. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço, caso necessário.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.1. Advertência por escrito;

8.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

8.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

8.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

8.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 8.1.1, 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5.

8.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

8.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

8.7. As sanções relacionadas nos itens 8.1.3 a 8.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

8.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e

contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

8.8.1. Retardarem a execução do objeto;

8.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

8.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

8.9. As sanções dispostas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.10. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022

Neusa Guilhermina Lara
Defensora Pública - MADEP 0475
Coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública



Documento assinado eletronicamente por **NEUSA GUILHERMINA LARA, Coordenadora da Escola Superior, do Estágio e Serviço Voluntário e de Desenvolvimento Institucional**, em 05/09/2022, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0030621** e o código CRC **272BF6E4**.



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - DETALHADO

Número do mapa: 1441003 000220/2022

Pedido de material e serviço: 1441003 000201/2022

Data de criação: 06/09/2022

Responsável: DIOGO ALEXANDRE VARGAS

Objetivo:

Instruir o pedido de compras - Disponibilidade orçamentária

Instruir o Processo de compras

Itens do mapa

Nº	Código do item	Desc. do item de material	Unid. de aquisição	Quantitativo orçado	Valor mínimo (R\$)	Valor máximo (R\$)	Valor de referência unitário(R\$)	Valor de referência total (R\$)	(*) Justificativas para menos 3 orçamentos
1	000006939	SERVICO DE MINISTRACAO DE CURSO DE CAPACITACAO DE PESSOAL NA AREA ADMINISTRATIVA.	1,00 UNIDADE	1,0000	1.680,0000	1.680,0000	1.680,0000	1.680,00	5
							Total orçado:	1.680,00	

Detalhamento do preço de referência

Nº: 1 Código do item de material ou serviço: 000006939 Unidade de aquisição: 1,00 UNIDADE

Descrição do item:

SERVICO DE MINISTRACAO DE CURSO DE CAPACITACAO DE PESSOAL NA AREA ADMINISTRATIVA.

Itens que compõem o preço

Origem do item de mapa / Origem do preço	Nº de referência do preço	Processo de compra / item	Qtde.	Data de homologação / Data de Inserção	Marca / Modelo	Procedimento de contratação	Fornecedor	Preço unitário reajustado (R\$)	(*) Justificativas de desabilitação
Inserção manual / Pesquisa com fornecedores	1	-	1,0000	23/08/2022	-	-	00.312.312/0001-30 - CNCP BRASIL	1.680,0000	-

Itens desconsiderados

nenhum item desconsiderado

Itens desativados

(*) Justificativas para desabilitação de valor utilizado no cálculo do preço de referência:

- 1 - Incompatibilidade na quantidade total adquirido
- 2 - Local de compra interfere no preço
- 3 - Marca ou modelos incompatíveis
- 4 - Influência da frequência de entrega sobre o preço
- 5 - Sazonalidade de preço
- 6 - Influência das condições comerciais sobre o preço
- 7 - Preço abaixo do padrão para o item
- 8 - Preço acima do padrão para o item
- 9 - Modalidade de contratação influencia o preço
- 10 - Outra (Verifique no site do Portal de Compras)

(*) Justificativas para menos de 3 orçamentos:

- 1 - Preço tabelado
- 2 - Preço para adesão
- 3 - Somente estes fornecedores retornaram pesquisa de preços
- 4 - Conforme nota técnica ou explicação inserida no processo
- 5 - Outra (Verifique no site do Portal de Compras)
- 6 - Avaliação de bem para alienação

O Mapa Comparativo de Preços foi elaborado de acordo com a Resolução Conjunta SEPLAG/CGE nº 9447, de 15 de Dezembro de 2015, disponível para consulta no link BANCO DE NORMAS GESTÃO LOGÍSTICA PATRIMÔNIO - CADASTROS - SISMP do site www.compras.mg.gov.br.

DIOGO ALEXANDRE VARGAS



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

Parecer nº. 107/2022.

Exma. Sra. Defensora Pública-Geral
Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias

Inexigibilidade de Licitação – Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil – **XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo** – art. 25, inc. II e §1º c/c 13, VI, Lei 8.666/93.

I – RELATÓRIO

1. Cuida-se de consulta formulada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, da Lei n.º 8.666/93, quanto à regularidade jurídica de **Inexigibilidade de Licitação** processo SEI nº 9990000001.003670/2022-88, por meio do qual objetiva-se a contratação direta Inscrição de 1 (um) servidor, para participação do XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo, acontecerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 que será realizado, presencialmente, no *Worldwide Offices*, localizado na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro, Organizado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil.

2. O processo está instruído com os documentos constantes no SEI.

Em síntese, é o Relatório.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

II – FUNDAMENTAÇÃO

3. Conforme se verifica nos autos, pretende-se, em contraposição à regra geral das licitações exigida constitucionalmente, a contratação direta Inscrição de 1 (um) servidor, para participação do XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo, acontecerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 que será realizado, presencialmente, no Worldwide Offices, localizado na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro, Organizado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil, com fulcro no art. 25, inc. II e §1º c/c art. 13, VI ambos da Lei n.º 8.666/93, que estabelecem:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

4. A solicitação e justificativa para inscrição no curso, fundamentada no interesse da instituição de capacitar seus servidores, foi devidamente apresentada pela Diretora da Escola Superior da DPMG (0030609)



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

5. Prosseguindo na análise, impende ressaltar que, via de regra, necessitando a Administração realizar qualquer negócio com particulares, deve, previamente à contratação, instaurar procedimento licitatório. Todavia, embora a licitação seja regra, a Lei nº 8.666/93 prevê hipóteses em que essa se faz dispensada, dispensável ou inexigível, permitindo que a Administração Pública proceda à contratação direta de particulares.

6. Em assim sendo, quando houver *“impossibilidade jurídica de competição entre contratantes, quer pela natureza específica do negócio, quer pelos objetivos sociais visados pela Administração”*¹, a licitação será inexigível, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, supra referido.

7. Invocando as palavras de MARÇAL JUSTEN FILHO, para a comprovação da inviabilidade concorrencial:

(...) seria imprescindível informar o processo **com documentos probatórios da ausência de outra alternativa para a Administração**. Isso poderia fazer-se por diligência dos próprios agentes administrativos. O fundamental consiste na documentação confiável acerca da ausência de outras alternativas senão uma, o que basta para configurar a inexigibilidade.² (destaque não constante no original)

8. A contratação pela Administração Pública de cursos de aperfeiçoamento e inscrição de servidores em congressos já foi analisada pelo Tribunal de Contas da União, que na Decisão n. 439/1998, do Plenário, referente ao Processo nº TC 000.830/98-4, assim se manifestou:

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29.ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2004. p. 276.

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 8ª ed. São Paulo: dialética. 2001. p. 284-285



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide:

1. considerar que as contratações de professores, **conferencistas** ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, **bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;**
2. retirar o sigilo dos autos e ordenar sua publicação em Ata; e
3. arquivar o presente processo.

9. Ademais, observa-se no Acórdão 654/2004 – Segunda Câmara, que o TCU referendou a autorização da contratação direta:

(...) Ademais, assiste razão aos gestores quanto à regularidade da contratação de treinamento mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que este Tribunal já decidiu, em sessão plenária de 15/7/1998, “considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, **bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8666/93**

10. Em assim sendo, consoante entendimento da Corte de Contas, pretendendo a Administração promover a contratação direta, por meio de procedimento de inexigibilidade, de entidade promotora de eventos destinados ao aperfeiçoamento de seus servidores, deverá demonstrar além do requisito geral, inviabilidade de competição, os requisitos do inciso II, do referido dispositivo.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

11. Em primeiro lugar, faz-se necessário comprovar que o serviço a ser contratado pela Administração Pública esteja previsto em uma das hipóteses constantes do art. 13, da Lei de Licitações.

11.1. O caso em exame refere-se à contratação direta para permitir a inscrição de 01 (um) servidor, indicado *pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais no congresso sob análise, que, segundo a solicitante, “O objetivo desta contratação vislumbra incorporar seus membros e fomentar a mútua colaboração, apoio, participação e integração entre os que exercem função no campo de cerimonial de todas as áreas de organização de eventos e afins, agregando aos profissionais envolvidos conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta na organização de eventos. O XXVI Congresso Nacional de cerimonial e Protocolo 2022 proporcionará a atualização das ferramentas e procedimentos para a organização de eventos da Defensoria Pública de Minas Gerais diante do contexto atual, sendo fundamental para a reciclagem e capacitação da equipe”*

12. Em segundo lugar, necessária a demonstração da singularidade do serviço que será contratado. Para melhor clareza do tema, transcrevemos abaixo excerto do voto, do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, relator do Processo 000.830/98-4, retro mencionado:

É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres (...) Aliás, essa realidade já foi reconhecida pela doutrina do direito administrativo. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86, defendia que:

“A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.

Por todas essas razões, entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86." ("Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79- grifo nosso) (...)"

Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que:

"Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei nº 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, freqüentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação.

Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular..." ("Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos", Malheiros Editores, 1995, pág. 110) (...) A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. As-



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

sim, desponha, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. (g.n)

12.1 Nessa mesma linha de raciocínio, preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

Não basta, para reconhecer inviabilidade de competição, a mera caracterização de um serviço constante do elenco do art. 13. Para tanto, **é indispensável a natureza singular do objeto contratado**. Observe-se que a notória especialização não consiste propriamente em requisito de inexigibilidade, mas em pressuposto a ser utilizado na seleção do particular a ser contratado. Após reconhecer tratar-se de caso de inexigibilidade, a Administração deve escolher um sujeito para ser contratado: a notória especialização é um requisito a propósito da identidade do contratado.³ (g.n.)

12.2 E, ainda, em continuidade ao raciocínio:

No universo dos serviços, aqueles referidos no art. 13 se diferenciam porque seu desempenho envolve conhecimentos específicos e peculiares, que exigem não apenas a profissionalidade, mas também uma especialização. Isso não significa que contratação direta possa ser realizada simplesmente em face de sua caracterização, eis que o art. 25, inc. II, exige a natureza singular.⁴ (g.n.)

12.3. Conforme se depreende do voto acima transcrito, mais especificamente da Lição do Administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral que aduz que *"Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei nº 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a*

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Op. cit.* p. 286.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Op. cit.* p. 286.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, freqüentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação.”

12.4. Assim, no caso sob comento, a solicitante destacou a natureza singular do serviço, asseverando:

“A singularidade do objeto é o elemento que acarreta a inviabilidade de competição. A capacitação a ser contratada é um serviço peculiar do CNCP Brasil - Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo. Com características próprias e individualizadas já citadas, a empresa tem a ser referência no Brasil e exterior como entidade atuante na defesa dos direitos e na formação de especialistas em assuntos pertinentes a cerimonial, protocolo e eventos.

Além disto, o evento será realizado por profissionais altamente qualificados trazendo ainda mais qualidade na apresentação do conteúdo.”

13. Por fim, exige-se a notória especialização da pessoa, física ou jurídica, com a qual a Administração Pública pretende estabelecer a relação jurídica bilateral.

13.1. Verifica-se que, em cumprimento a tal requisito, foram acostados os currículos resumidos dos palestrantes com suas qualificações, demonstrando a notória especialização destes.

14. Superada a análise preliminar de adequabilidade da espécie em hipótese de inexigibilidade, passa-se a verificação do aspecto formal. A utilização da modalidade contratação direta exige, além dos três requisitos de adequação mencionados, a formalização do processo administrativo de justificação, conforme determina o art. 26 da Lei 8.666/93, *ex vi*:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

Art. 26 - As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º, deverão ser comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

14.1. Aplicam-se à espécie apenas os incisos II e III. Quanto à escolha do fornecedor foi juntada pertinente justificativa elaborada pelo solicitante em que diz:

O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil, fundado por 82 cerimonialistas, aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, quando da realização do I Encontro Nacional do Cerimonial Público – I ENCEP, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída de pessoas físicas e jurídicas,

4.2. No que tange ao preço foi juntado (0031946), demonstrativo do valor cobrado para inscrição. A Defensoria Pública possui recurso necessário para cobrir as despesas com as inscrições pretendidas, conforme atestado na dotação orçamentária e financeira juntada à fls. 56 dos autos.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

15. Importante, ainda, verificar a regularidade jurídica, fiscal e econômica da empresa a ser contratada, nos termos da documentação exigida para habilitação, constantes genericamente dos artigos 27 a 33, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.1. No que concerne à habilitação jurídica, art. 28 da Lei nº 8.666/93, apresentou-se o comprovante de inscrição e de situação cadastral (CNPJ) à fl. 26. Também se anexou o Estatuto Social e sua última alteração (fls. 27/39). Além do mais foi juntado o documento de identificação do representante do Instituto, fl. 40.

15.2. No tocante à habilitação fiscal, art. 29, da Lei nº 8.666/93, o Comitê Nacional Do Cerimonial Público - Cnccp/Brasil está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (0030747). Também consta o Estatuto Social com as alterações (0030764), bem como vigente as certidões anexadas relativas ao FGTS, INSS (0030767) e Fazendas Federal (0030766), Estadual (0030769). No que toca a regularidade com a Justiça Trabalhista foi acostada (0035971).

15.3. Visando demonstrar a habilitação econômico-financeira do instituto, constata-se que foi acostada a certidão negativa de falência (0030774).

15.4. Ainda em relação à habilitação, consta a declaração do instituto de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que caso empregue menores de 16 (dezesesseis) anos, o faz somente na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, tal como exigido pelo art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (0030770), bem como a juntada da declaração de inexistência de fatos impeditivos (0030772).



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

15.5 Além disto, verifica-se que o Fórum Nacional de Comunicação e Justiça instituto não está inscrito no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública – CAFIMP (f0035966), conforme exigência do art. 52, do Decreto Estadual 45.902/2012, CADIN (0035962) e no documento (0035968) consta que a empresa não se encontra credenciada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

16. Analisando-se a Minuta do Ato de Inexigibilidade de Licitação apresentada (0032595), verifica-se que se encontra em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, eis que aponta corretamente o número do procedimento, identifica o objeto da contratação pretendida, justifica a importância da contratação para a Instituição, bem como aponta os dispositivos autorizadores da inexigibilidade de licitação e traz as razões de escolha do fornecedor, bem como a justificativa de preço da contratação.

17. Passa-se à análise da minuta contratual. Em linhas gerais, a minuta atende aos requisitos legais. No preâmbulo estão qualificadas as partes e a legislação aplicável ao ajuste.

A **cláusula primeira** estabelece o objeto e a **cláusula segunda** a descrição dos serviços. As **cláusulas terceira, quarta e quinta** tratam do preço, dos recursos orçamentários e do pagamento.

Por sua vez, **as cláusulas sexta, sétima e oitava** dispõem, respectivamente sobre a execução do contrato, da vigência, fiscalização e gerenciamento do contrato. **As cláusulas nona, décima e décima primeira** determinam as obrigações, as penalidades e sobre as alterações.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

As **cláusulas décima segunda, décima terceira e décima quarta** dispõe sobre as hipóteses de rescisão, da necessidade de publicação e as diretrizes referentes à Proteção e Informação de Dados – LGPD. Por fim, as **cláusulas décima quinta e décima sexta**, elegem o foro e as disposições finais.

Derradeiramente, impende ressaltar que a análise que ora se procede da minuta contratual é puramente jurídica, perpassa pela análise da conformidade do texto com o ordenamento jurídico, em especial com os requisitos da Lei nº 8.666/93. Não possui esta Unidade Consultiva capacidade técnica necessária para avaliar aspectos operacionais e procedimentais do ajuste.

IV – CONCLUSÃO

18. Do exposto, consoante as razões anteriormente expostas, entendemos ser possível a contratação direta Inscrição de 1 (um) servidor, para participação do XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo, acontecerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 que será realizado, presencialmente, no Worldwide Offices, localizado na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro, Organizado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil, com fundamento nos artigos 25, inc. II e §1º, c/c 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93.

19. Atesto, ainda, a regularidade da minuta do ato de inexigibilidade de licitação (0032595) e da minuta do instrumento contratual (0033050).

Este é o parecer.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Bernardo Guimarães, 2.731 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30140085 - Belo Horizonte - MG - www.defensoria.mg.def.br

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 1441003 000108/2022

Assunto: Inexigibilidade de Licitação para Inscrição de 1 (um) servidor, para participação no XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo.

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Inscrição de 1 (um) servidor, para participação no seguinte congresso: 01. XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo, acontecerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 que será realizado, presencialmente, no Worldwide Offices, localizado na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro. Organizado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP/Brasil.

II - RAZÕES DA CONTRATAÇÃO

O objetivo desta contratação vislumbra incorporar seus membros e fomentar a mútua colaboração, apoio, participação e integração entre os que exercem função no campo de cerimonial de todas as áreas de organização de eventos e afins, agregando aos profissionais envolvidos conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta na organização de eventos.

O XXVI Congresso Nacional de cerimonial e Protocolo 2022 proporcionará a atualização das ferramentas e procedimentos para a organização de eventos da Defensoria Pública de Minas Gerais diante do contexto atual, sendo fundamental para a reciclagem e capacitação da equipe.

III – JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR

O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil, fundado por 82 cerimonialistas, aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, quando da realização do I Encontro Nacional do Cerimonial Público – I ENCEP, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída de pessoas físicas e jurídicas, com os seguintes objetivos:

- * Congregar as pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, em nível da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que executam tarefas de cerimonial e protocolo;
- * Estimular a formação de executivos especialistas em assuntos de cerimonial e protocolo;
- * Manter um centro de informações pertinentes ao cerimonial e protocolo, publicando

periodicamente boletim informativo, revista ou outro tipo de informe impresso e/ou virtual, para distribuição e/ou acesso aos membros filiados e a outros segmentos integrantes do cerimonial público, corporativo, social e outras especialidades do cerimonial, fortalecendo suas relações com o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Tribunais de Contas, Universidades, Corporações Militares, Conselhos Profissionais e outras entidades que possuam os serviços de cerimonial e protocolo;

- * Organizar congressos, seminários, simpósios, jornadas, encontros, cursos e reuniões para estudos, debates e esclarecimento de assuntos pertinentes ao cerimonial e protocolo;

- * Estabelecer intercâmbio com instituições governamentais do País e do exterior, nos assuntos pertinentes ao cerimonial e protocolo;

- * Valorizar a prática do cerimonial como uma atividade sumamente importante nas instituições públicas e privadas;

- * Desenvolver e estimular pesquisas de interesse do cerimonial em suas diversas especialidades;

- * Estabelecer convênios, termos de cooperação e formas de prestação de serviços nas áreas da cultura, esporte e lazer, voluntariado, assistência social e cidadania.

IV – DO PREÇO

Quanto à justificativa do preço, o valor apresentado pela empresa CNCP Brasil – Comitê Nacional de Cerimonial, pessoa jurídica, para uma inscrição no congresso é de R\$ 1.680,00, conforme o folder retirado da internet.

V – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

A contratação direta para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II c/c art. 13, VI ambos da Lei 8666/93, eis que se trata de serviço técnico profissional especializado, de natureza singular e com empresa de notória especialização, conforme já exposto retro.

VI - NATUREZA SINGULAR

A singularidade do objeto é o elemento que acarreta a inviabilidade de competição. A capacitação a ser contratada é um serviço peculiar do CNCP Brasil - Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo.

Com características próprias e individualizadas já citadas, a empresa tem a ser referência no Brasil e exterior como entidade atuante na defesa dos direitos e na formação de especialistas em assuntos pertinentes a cerimonial, protocolo e eventos.

Além disto, o evento será realizado por profissionais altamente qualificados trazendo ainda mais qualidade na apresentação do conteúdo.

VII- NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO:

A CNCP Brasil - Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo atua na área de treinamentos, os conteúdos programáticos do CNCP visam gerar conhecimentos e boas oportunidades aos profissionais. Os temas abordados são relacionados a gestão de eventos, planejamento

estratégico, elaboração de roteiros de cerimônias, segurança em eventos e assessoria jurídica, atuação do mestre de cerimônias, marketing e comunicação, dentre vários outros temas de interesse aos profissionais que atuam em eventos”. Segue currículo de alguns dos palestrantes:

· Silvia Lobo Filho: Cerimonialista, Mestre de Cerimônias, Advogada, Profissional de Educação Física. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Doutorando pela Universidad del Museo Social Argentino. Professor Universitário. Presidente do Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil Diretor Executivo da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul e responsável pelo Cerimonial Desportivo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Acadêmico - Cadeira 12 – Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo.

· Adalgisa Pires: Voice artist com duas décadas de carreira, Adalgisa Pires é há cinco anos a voz oficial do Discovery Home & Health no Brasil. Antes disso, teve passagens por emissoras como HBO e A&E e trabalhou em rádios como Eldorado e Anten. Formada em Jornalismo, há dez anos vem conciliando locução com a apresentação de eventos corporativos presenciais, híbridos e online - em português, inglês e espanhol. Engajada em ações ligadas à diversidade, inclusão e equidade de gênero, também se dedica à mentoria de jovens mulheres a fim de descobrir seus talentos e desenvolver toda sua potência.

· Aloysio Fernandes: Relações públicas, Mestre de Cerimônias, cerimonialista e apresentador há mais de 25 anos. Foi cerimonialista no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Atualmente é Diretor da DPI Soluções, empresa de tecnologia. Idealizador da plataforma “DPI Eventos e Cerimonial”, de gerenciamento de eventos e cerimonial, tendo vários órgãos públicos e empresa privadas como clientes.

VIII – CONCLUSÃO:

A contratação da empresa Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo – CNCP/Brasil, para a compra de 1 (uma) Inscrição de 1 (um) servidor, para participação no XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo, encontra respaldado no art. 25. II e parágrafo 1º c/c artigo 13, VI da Lei Federal nº 8.666/93, por se tratar de contratação onde está inviável a competição, visto que a empresa contratada e os palestrantes possuem notória capacitação técnica.

Pelo exposto, estando o processo devidamente formalizado, e contendo a necessária previsão orçamentária e financeira para cobrir a despesa a ser efetuada, fica dispensado o expediente licitatório, após a devida ratificação da autoridade competente e demais formalidades exigidas por lei.

Comissão Permanente de Licitação:

Bárbara de Araújo Meireles -

Regiane Salgueiro de Freitas -

Henrique Castro Boaventura –

Com fulcro no art. 9º, inciso XII da Lei Complementar nº 65/2003 conjugado com o art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e observados os termos do Parecer Jurídico, ratifico a inexigibilidade nº. 1441003 000108/2022

RATIFICAÇÃO em ____/____/____.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORA PÚBLICA GERAL



Documento assinado eletronicamente por **BARBARA DE ARAUJO MEIRELES**, Servidora, em 22/09/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **REGIANE SALGUEIRO DE FREITAS**, Servidora, em 22/09/2022, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE CASTRO BOAVENTURA**, Diretor de Compras e Contratos, em 22/09/2022, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TADEU RODRIGO TITO DE OLIVEIRA**, Assessor, em 22/09/2022, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, Defensora Pública-Geral, em 22/09/2022, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0037405** e o código CRC **6F3AAF40**.